

# REVISITANDO A UDR: AÇÃO POLÍTICA, IDEOLOGIA E REPRESENTAÇÃO

Regina Bruno\*

*É toco de aroeira.  
É duro.  
É duro de arrancar!*

Hino da UDR.

RESUMO: O artigo quer ressaltar os principais aspectos de ação política da UDR e, em particular, da representação classista e do corporativismo. Mostra também que a UDR e Caiado expressam, de forma exemplar, os mecanismos da dominação de classe dos grandes proprietários, o conservadorismo das elites agrárias e o autoritarismo retrógrado da política brasileira.

UNITERMOS: Reforma agrária; UDR; corporativismo; autoritarismo; política brasileira.

## Introdução

A União Democrática Ruralista, UDR<sup>1</sup>, formada em 1985, se autodissolveu oficialmente no início dos anos 90. Entretanto, freqüentemente reaparece no

- \* Professora no CPDA (Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Agrícola) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- 1. Sobre a UDR ver, particularmente: BRUNO, Regina. *UDR: os "sem terra" dos patrões (crise de representação e novas formas de poder das oligarquias rurais)*. Botucatu, Pipsa. Faculdade de Ciências Agronômicas, 1987; UDR: para além da violência. *Tempo e Presença*. Revista do Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), Rio de Janeiro, n. 221, jul. 1987; A "besta-fera" da modernidade. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, Cedi, a. 11, n. 239, mar. 1989; e A UDR e o processo eleitoral. *Travessia*. Revista do Centro de Estudos do Migrante. São Paulo, n. 5, set. 1989; BUZANELLO, Edemar João. *La burguesia agrária: organización de clase y representación de intereses en Brasil (1964-1988)*. México, 1991. Tese (Doutorado) em Estudos

cenário político nacional, tendo como prática caracterizada o enfrentamento aberto e a violência contra os trabalhadores rurais e os *sem-terra*. Desponta também como referência e sinônimo de mobilização do patronato rural, do corporativismo e como símbolo da defesa absoluta do monopólio fundiário.

Mesmo não existindo oficialmente, a UDR referenda e dá identidade àqueles que dela participaram enquanto entidade representativa. Por ocasião da indicação de Basílio Vilani para a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a oposição feita foi que teria pertencido à UDR. A alusão à UDR ressurgiu nas constantes especulações sobre quem representa hoje o "pensamento uderista" na bancada ruralista e se o deputado Abelardo Lupion, do PFL/PR, seria ou não o "herdeiro político" de Ronaldo Caiado<sup>2</sup> no Congresso Nacional. Quase esquecida em outros momentos, a UDR foi revivida na memória em julho deste ano com o "caminhonaço"<sup>3</sup>, gerando especulações quanto à possibilidade de essa mobilização significar ou não a sua "reencarnação" e a reedição dos velhos tempos das grandes manifestações públicas.

A declaração do presidente da República Fernando Henrique Cardoso ao jornal *O Globo*, afirmando que, "além dos arroteiros do sul", as lideranças do

Latino-americanos, FCPS/UNAN; FREITAS, Ananias José. Formação, ascensão e queda de uma organização dos proprietários rurais. Belo Horizonte, 1992. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Políticas da Univ. Fed. de Minas Gerais; GOMES DA SILVA, José. *Caindo por terra*. São Paulo, Busca Vida, 1987; e UDR: surgimento, bandeiras e perspectivas. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, Cedi, a. 11, n. 239, 1989; GRAZIANO DA SILVA, José. Les associations patronales de l'agriculture brésilienne moderne. In: CHONCHOL, M. E., org. *Cahiers du Brésil Contemporain. Les organisations en milieu rural: patronat e paysannerie*. Paris, Maison de Sciences de l'Homme, jun. 1992; HEINZ, Flávio. *Representação política e formação de classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição à reforma agrária (1985-1988)*. Porto Alegre, 1991. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Univ. Fed. do Rio Grande do Sul; PÁDUA, José Augusto. *A UDR e o discurso de Ronaldo Caiado* (análise preliminar). Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988. (Mimeo.); RAMOS, Marília Patta. *Burguesia agrária: estratégias de reprodução social e organização política* (estudo sobre a UDR, União Democrática Ruralista no Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado) - Univ. Fed. do Rio Grande do Sul; TAVARES, Ricardo. *Reforma e contra-reforma na transição política: Brasil (1979-1988)*. Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 70, maio 1989, 47 p. (Estudos Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro).

2. Ronaldo Caiado pertence a uma das mais tradicionais famílias de pecuaristas de Goiás. Foi o principal mentor da UDR e seu presidente. Em 89 candidatou-se à presidência da República e teve votação inexpressiva. Foi deputado federal na legislatura de 91/94. Perdeu a eleição para o governo do Estado de Goiás em 94.
3. O "caminhonaço" foi o movimento patronal que, em julho de 95, reuniu grandes, médios e pequenos produtores rurais das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, contra as medidas de política agrícola do governo (em especial a questão da correção dos empréstimos para a agricultura). Uma de suas características foi ter "passado por cima" da representação patronal sindical e das negociações da bancada ruralista. Acompanhei essa manifestação como pesquisadora e algumas das observações presentes no artigo referem-se a minha participação nesse evento.

caminhoneiro seriam “basicamente da UDR goiana, organização de fazendeiros conservadores que adquiriu notoriedade nos anos 80”<sup>4</sup>, trouxe a UDR de volta às páginas dos jornais e gerou uma série de especulações sobre as possíveis semelhanças e diferenças entre as práticas do “caminhoneiro” e sua herança.

A grande imprensa – historicamente, a principal responsável pela superestimação da entidade nos anos 80 – novamente reeditou a força da liderança de Ronaldo Caiado e lembrou sua capacidade de mobilização, destacando as diferenças entre “o grito da UDR” e o “simples barulho do caminhoneiro”. “Alguém se lembra da antiga UDR de Ronaldo Caiado?”, perguntava um editorial do *Jornal do Brasil*. E ainda argumentava que ela “florescera enquanto havia uma retórica do medo contra a reforma agrária e o barulho dos *sem-terra* promovido por xiitas de esquerda. Enquanto hoje, o barulho decorre da perda relativa da renda rural. E não há como resolver o problema no grito”<sup>5</sup>.

Mais recentemente, ela volta ao noticiário através da “ira dos fazendeiros de Mato Grosso”, que “atizados pelo barulho das foices e enxadas no Pontal do Paranapanema [estariam] contratando milícias rurais especializadas na expulsão de invasores de terra”<sup>6</sup>.

A frequência com que a UDR reaparece na cena política não é de todo aleatória ou desprovida de sentido. Ela esteve presente no “caminhoneiro” através da adesão dos grandes proprietários de terra do centro-oeste do país que participaram ativamente do movimento. Foi exatamente de onde partiu o discurso mais radical<sup>7</sup>. Também no Pontal de Paranapanema a UDR está na base da criação do Grupo de Defesa do Direito da Propriedade, organização de fazendeiros e empresários rurais recentemente criada com o objetivo de prestar “assessoria jurídica aos proprietários, para pressionar juizes e promotores para que acelerem as reintegrações de áreas invadidas”<sup>8</sup>.

4. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1995.

5. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1995.

6. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 out. 1995.

7. Eles exigiam a demissão imediata do ministro da Agricultura, Andrade Vieira, por considerá-lo muito mais um “representante dos interesses financeiros que da classe ruralista propriamente dita”. Só admitiam negociar com o governo sob a condição de que todas as suas reivindicações fossem atendidas. E com muita dificuldade aceitavam as decisões das assembleias.

8. O Grupo de Defesa do Direito da Propriedade é coordenado por ex-dirigentes da UDR. Sua principal liderança é Roque Roosevelt dos Santos, ex-presidente nacional da UDR e atual diretor do Sindicato Rural de Presidente Venceslau/SP. Dentre os objetivos da entidade, estão: denunciar a “convivência dos poderes públicos com o MST”, elaborar uma lista dos governadores estaduais que “estão se negando a enviar forças públicas para cumprir mandados de reintegração de posse” e “estudar formas legais de organizar milícias armadas para vigiar a propriedade” (*O Globo*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1995).

A UDR é uma referência para as classes e os grupos dominantes no campo porque existe a continuidade de problemas e de lideranças identificadas com sua proposta e sua prática. A luta pela terra e a mobilização dos *sem-terra* atualizam continuamente a violência dos grandes proprietários de terra no Brasil. Há uma crise na agricultura – âncora verde do Plano Real – agravada pela abertura da economia. A desarticulação dos mecanismos de proteção à atividade agrícola, impossibilita a mediação do estado e provoca radicalizações e mobilização tanto do patronato rural quanto dos trabalhadores rurais.

Na memória coletiva dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, a UDR é considerada um marco, um divisor de águas na luta contra a reforma agrária no Brasil e na valorização do produtor rural. Ao mesmo tempo, permanece, socialmente, como um estigma que denuncia a trajetória de posições tradicionalistas no campo e a prática da violência. Foi a UDR que praticamente comandou toda a ofensiva contra a reforma agrária e a luta pela terra nos últimos dez anos no Brasil, procurando aglutinar politicamente aqueles que apostavam no retrocesso da transição<sup>9</sup>.

Este artigo procura ressaltar os principais aspectos da ação política da UDR, em particular a questão da representação classista e o corporativismo. O nosso objetivo é mostrar que a UDR e Ronaldo Caiado expressam de *forma exemplar* os mecanismos de dominação de classe da grande propriedade fundiária, o conservadorismo das elites agrárias e o autoritarismo retrógrado da política brasileira.

## O produtor autêntico

A UDR surgiu numa conjuntura de transição e de debates sobre a reforma agrária como reação de determinados setores das elites rurais à proposta de reforma agrária da Nova República. Defendia a urgência de “uma resposta à altura às invasões de terra” e se contrapunha ao posicionamento do governo favorável à reforma agrária, por entender que esse posicionamento fortaleceria a luta pela terra no Brasil e induziria à maior mobilização da sociedade em favor da proposta reformista.

A UDR fundou uma nova prática. Juntamente com a violência e o chamado à mobilização, defendeu a renovação da representação patronal, criando a figura do *produtor autêntico*, aquele que não se perdia em negociações infrutíferas com o estado, tinha claros os seus objetivos e não poupava esforços para alcançá-los.

9. Em meio a esse processo, a UDR ultrapassou as fronteiras de uma organização patronal rural para constituir-se também num movimento político mais amplo, tentando articular um bloco à direita e tornando-se, na Constituinte, a principal referência política do Centrão.

A bandeira do produtor autêntico foi, talvez, a que mais legitimou, politicamente, Caiado e a UDR junto ao patronato rural e perante a sociedade. Funcionou como reorganizadora de novos símbolos e da ação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, fragilizando as críticas sobre o latifúndio e as denúncias quanto à especulação da terra<sup>10</sup>.

A UDR organizou com um novo sentido a luta contra o avanço da esquerda e da Igreja Católica no campo. Segundo os uderristas, a classe rural estava enfraquecida, dispersa e desgastada, e seus representantes marcados pelo imobilismo e comprometidos com interesses alheios aos próprios. Os proprietários de terras haviam, nos anos anteriores, sucumbido às estratégias mais gerais de política econômica dos governos militares e se acovardaram ante um estado que menosprezava o produtor rural. Em contrapartida, os trabalhadores rurais encontravam-se muito mais organizados devido a atuação da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (Cebes) e Pastorais da Terra.

Para Caiado, os produtores rurais haviam “patrocinado, involutariamente, as odiosas mordomias nacionais”, permanecendo desorganizados e eternamente à margem do poder. Enquanto a indústria e o comércio quase sempre tiveram líderes autênticos, a agricultura “graças ao voto dos pelegos das Federações”, há vinte anos mantinha “uma vaca de presépio<sup>11</sup>, que sempre procurou agradar aos governos deixando o destino de milhões de produtores rurais nas mãos de presidentes e ministros incapazes e demagógicos”<sup>12</sup>.

A UDR soube intuir que a conjuntura anunciava um momento de crise e de mudanças na representação patronal e procurou antecipar uma nova instituição social capaz de representar a “classe rural” no conjunto da sociedade. Percebeu que as estruturas representativas, vigentes até então, não estavam mais dando conta das demandas e da diversidade de categorias e interesses existentes, e menos ainda conseguiam exercer a relação mediadora necessária entre o estado e as elites patronais<sup>13</sup>. No decorrer do processo de modernização da agricultura, formara-se uma imensa rede de novas relações econômicas, sociais e políticas que tornavam muito mais complexas as formas clássicas de organização e representação, dificultando

10. Sobre o assunto ver BRUNO, Regina. A dominação patronal no campo. In: *Sindicalismo no campo (balanços e controvérsias)*. Tempo e Presença. Rio de Janeiro, Cedi, 1991, p. 82.
11. Em alusão a Flávio Brito que permaneceu vinte anos como presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).
12. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 out. 1987; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1986.
13. Seu surgimento rellete essa crise de representação patronal. A UDR se estruturou fundamentalmente fora dos espaços legais de representação sindical, o que lhe conferiu maior autonomia e liberdade de ação. Segundo Caiado, “queremos uma entidade sem vínculos com o oficialismo, sem necessidade de cartas-patentes do governo ou de contribuição sindical” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 set. 1987).

tando a construção do consenso, da identidade e da legitimação dos interesses ruralistas.

Entretanto, os “pelegos” e as “vacas de presépio” não foram inteiramente descartados e permaneceram com algumas funções de representação. Foram, sim, deslocados dos altos postos de direção para outros menos importantes. As antigas lideranças eram consideradas aliadas de peso porque dispunham de imenso capital político, acumulado durante anos de negociação com o estado. Conheciam bem os corredores do poder, tinham amigos influentes e atuado com vigor e intransigência em defesa dos interesses patrimoniais – atributos que não se transferem tão facilmente para as novas lideranças e novas gerações políticas.

A UDR lutou para ganhar as bases sindicais e disputou acirradamente a direção dos sindicatos, federações patronais e cooperativas. No início dos anos 90, quando já não contava mais com suas sedes regionais, jogou toda a sua força na Confederação Nacional da Agricultura (CNA), pois sua presença nesse organismo poderia lhe conferir visibilidade política nacional, além de servir de suporte e de apoio no Congresso Nacional.

### “Mobilizar para melhor se organizar”

Juntamente com o trabalho de valorização do produtor rural, a UDR privilegiou a mobilização em torno de questões concretas. Ao invés das discussões sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e de negociações junto ao governo, optou pelo desfile nas ruas e a ação de massa como forma mais eficaz de protestar e exibir seu poder, fazendo-se conhecer publicamente como “guardião da propriedade e da produção”.

Para a UDR, a mobilização era importante porque expressava “uma demonstração de força que daria corpo às suas reivindicações e exprimiria uma determinação mais forte e um engajamento mais intenso da grande propriedade”. “Mobilizar para melhor se organizar” é a convocação nos folhetos distribuídos em leilões de gado, que dão “nova identidade” de classe aos produtores rurais. Para Caiado, “qualquer segmento da sociedade só é respeitado no momento em que decide se organizar”<sup>14</sup>. E todos deveriam se organizar “como numa caixa de marimbondos: mexeu com um de nós, mexeu com todos nós do país”<sup>15</sup>.

A UDR soube capitalizar as insatisfações e escolher a reivindicação certa no momento certo, e com isso inspirar segurança e força. Quando se manifestava

14. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1986.

15. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 nov. 1986.

publicamente nas ruas, clamava para si a representação de toda a categoria, pretendendo ser a única interlocutora capaz de negociar em nome da agricultura.

Como suporte da mobilização, lançou mão de novos expedientes de ação política: o *marketing*, uma assessoria de *experts* em comunicação e propaganda na grande imprensa. A força de Caiado era inseparável desses recursos e da retórica anti-reformista, usando a mídia para reforçar a idéia da defesa da propriedade como interesse coletivo de toda a Nação.

## O recurso da violência

O uso da violência como opção para solucionar os conflitos de terra e “proteger” a grande propriedade fundiária é, seguramente, a face mais conhecida da UDR, sua marca registrada. Ela atualizou o uso da pistola e incentivou a formação de milícias privadas.

A violência, historicamente, fez parte da ação dos proprietários de terra no Brasil. Talvez a novidade trazida pela UDR tenha sido o alarde e a justificativa, num contexto histórico no qual era condenada socialmente, de usar o direito à propriedade privada existente no Código Civil.

Em meados dos anos 80, os grandes proprietários de terras de diversas regiões do país, sentindo-se ameaçados com as ocupações e descontentes com o governo, que não estava “dando garantia aos homens que estão produzindo para a grandeza da pátria”, organizaram-se para angariar fundos e comprar armas para “defender suas fazendas da reforma agrária e das invasões”<sup>16</sup>.

Em diversos pontos do país – em especial nas regiões de conflitos e onde os trabalhadores rurais estavam mais organizados – os fazendeiros prepararam-se para “reagir à bala em qualquer área que viesse a ser invadida”<sup>17</sup>. Antecedendo a própria UDR, surgiu no Rio Grande do Sul o Pacto de Resistência Rural<sup>18</sup>.

Ary Marimon, então presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), orientou os fazendeiros a que formassem “um verdadeiro exército para expulsar os invasores”<sup>19</sup>. Enquanto isso, o senador Saldanha Derzi do PMDB/MS reagiu à decisão do ministro da Justiça de manter os proprietários desarmados e argumentou: “Como vamos desarmar os pobres dos proprietários, se o único meio de defesa deles é sua arma, para impedir que sejam massacrados

16. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jul. 1985.

17. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1985.

18. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 jul. 1985.

19. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 jul. 1985.

como estão sendo em vários locais do país”. E conclamava: “Eu faço um apelo ao governo federal e ao Ministério da Justiça: armemos os proprietários rurais para eles se defenderem”<sup>20</sup>.

A ação dos fazendeiros e de suas milícias, e as manifestações de apoio à violência frente à timidez do governo com a mobilização dos proprietários de terra foram fatores que possibilitaram à UDR legitimar como prática o uso da violência.

Uma das principais características dessa violência é a sua imponderabilidade. Desconhece críticas, conjunturas e mediações, porque toda a sua lógica se assenta no argumento da legítima defesa da propriedade. Em 1985, Caiado avaliou que haveria “uma guerra no campo” e defendeu a “inevitabilidade da violência”, justificando o nascimento da UDR como uma entidade de defesa legítima, em resposta à violência exercida pela esquerda e a Igreja Católica. Mesmo após a Constituinte, pleiteou o uso da força para impedir as vitórias do Incra<sup>21</sup> e, na campanha de 89, vários dirigentes regionais, temerosos da eventual vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais, assumiram publicamente que, caso Lula vencesse as eleições, e com a “febre de invasões” que haveria, os proprietários iriam “comprar armas, resistir e matar se fosse preciso”<sup>22</sup>.

Pegar em armas para defender o monopólio da propriedade fundiária não é novidade. As mortes e os assassinatos no campo amiúde funcionam como o divisor de águas na luta pela terra no Brasil. A morte do padre Josimo em 1986 possibilitou à sociedade reconhecer a face violenta da UDR. O assassinato de Chico Mendes, muito mais que suas derrotas nas eleições, foi o principal fator de desgaste da entidade. E nos dias de hoje, o massacre de Corumbiara atualizou novamente a questão agrária e sensibilizou a sociedade para a luta dos *sem-terra*.

## Conhecer o adversário!

Diferentemente das demais entidades de representação patronal que procuram demarcar os campos adversários, mas conseguem elaborar propostas que vão além dos embates de classe, toda a lógica discursiva da UDR, ao contrário, sempre se caracterizou pela *obsessão* em conhecer, explicitar e nomear politicamente os seus *adversários*, para desqualificá-los.

O Movimento dos Sem-Terra (MST), a Igreja Católica e o Partido dos Trabalhadores foram e são considerados os seus principais inimigos; em particular

20. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1985.

21. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1987.

22. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 e 19 de dezembro de 1989; *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1989.

o primeiro, por sua capacidade de mobilizar os trabalhadores rurais. Além disso, o MST sinaliza para os diferentes movimentos sociais no campo<sup>23</sup> a possibilidade de ultrapassar os limites da institucionalidade e, sobretudo, por dispor de um projeto político próprio e de certa forma impermeável às pressões e à cooptação, sejam do governo, das elites políticas ou da própria UDR<sup>24</sup>.

A desvalorização pública dos adversários foi fundamental porque permitiu estabelecer regras de enfrentamento e construir uma estratégia de luta para fragilizá-los. Contribuiu ainda para a construção da identidade patronal rural e para a demarcação das fronteiras existentes: *nós*, os proprietários e produtores rurais, e *eles*, os trabalhadores; *nós*, a elite, *eles*, os desqualificados; *nós*, os defensores da livre-iniciativa, *eles*, a “esquerdinha de boutique” que tem pretensões de estatizar o campo.

A UDR sempre considerou os trabalhadores rurais como incapazes de pensar e agir com pleno direito. Para ela não existem trabalhadores sem terra no Brasil. Os acampados são simplesmente massa de manobra do MST, da Igreja e dos comunistas, e os assentamentos constituem o *locus* ideal para a preparação de invasores profissionais<sup>25</sup>.

A atuação da Igreja foi também sumariamente desqualificada. Com o argumento de que a Igreja desconhecia a realidade do campo, Caiado afirma que não se pode “aceitar entidades que não sabem nem como se chama o homem do campo, colocando o apelido de *sem-terra*; isso não existe no setor rural”<sup>26</sup>. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi considerada ilegítima para atuar na Constituinte. Segundo a UDR, “ela não plantou e nem gerou riqueza. Não faz parte das classes produtoras”. Portanto, “é incapaz de fabricar uma reforma agrária que responda aos anseios daqueles que estão diariamente ligados à produção”<sup>27</sup>.

Contra a “esquerda”, os uderistas afirmavam que seu ideário progressista era “uma impostura”. Não se podia “confundir os sinais nem deixar que algumas pessoas começassem a usurpar termos como ‘progressista’, porque progressista é quem produz e trabalha: a classe produtora rural, os empresários”<sup>28</sup>. Consideravam-na também “anarquistas oficializados, sem partido, mas com uma única ideologia, a

23. Por exemplo, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), o Movimento de Barragens e o Movimento dos Seringueiros.

24. Quando o Partido dos Trabalhadores assumiu, no primeiro semestre de 1995, a presidência da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados encontrou, nos arquivos da Comissão, uma farta documentação sobre as atividades do MST nos últimos 10 anos.

25. *Correio Braziliense*, Brasília, 6 mar. 1988.

26. *Zero Hora*, Porto Alegre, 30 nov. 1987.

27. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 ago. 1987.

28. *Zero Hora*, Porto Alegre, 30 nov. 1987.

desestruturação da propriedade privada rural”<sup>29</sup>. Em Cuiabá, a UDR local confeccionou panfletos, em nome do PC do B, incitando a população a “expulsar os verdadeiros ladrões do povo: os latifundiários, os padres, bispos e freiras”<sup>30</sup>.

Órgãos diretamente ligados à política fundiária, por exemplo, o Incra e Mirad (Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento), também foram objetos de críticas. Seriam “antros de corrupção”, e seus funcionários não teriam “as mãos limpas” nem competência para preencher os cargos<sup>31</sup>. A UDR defendeu que, se nesses órgãos “tivessem colocado produtores rurais competentes e sérios, o termo *sem-terra* iria desaparecer do Brasil”<sup>32</sup>. No entanto, considerava perfeitamente normal que os seus parlamentares usassem a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados para fins pessoais – como algo privado.

A mira constantemente voltada para o adversário e a frequência de um discurso ideológico cujas argumentações são elevadas à condição de essência, amiúde esconderam, e ainda escondem, a própria incapacidade da UDR de elaborar propostas mais consistentes para a sociedade e de ultrapassar as fronteiras dos interesses agraristas.

## O parlamentar militante

Além de desqualificar seus “adversários” e ampliar ao máximo a representação do patronato rural, a UDR também buscava outro tipo de representação social: uma relação mais orgânica com os candidatos e parlamentares, com o objetivo de instituir um novo perfil de representação política mais próximo dos interesses da grande propriedade e da iniciativa privada. Nesse sentido, o parlamentar deveria ser “mais aguerrido”, “menos medroso”, “mais militante”.

Se no movimento patronal a UDR procurou passar a imagem do produtor “autêntico”, que sabe “proteger a sua propriedade” e defender-se das medidas do estado contrárias aos seus interesses, em nível da grande política seus representantes eram os políticos “militantes”, aqueles que são fiéis aos princípios da propriedade e defendem o voto classista contra o voto partidário. Para Caiado, os agricultores e os proprietários há muito não se sentiam devidamente representados na classe política. “Eles não vestem a nossa camisa com a disposição necessária”, argumentava, “e amaciam a voz se a platéia estiver recheada de comunistas”<sup>33</sup>.

29. *Afinal*, São Paulo, 25 fev. 1986.

30. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1986.

31. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 set. 1987.

32. *Correio Braziliense*, Brasília, 6 ago. 1988.

33. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1986.

A UDR desprezava as regras da política partidária, mas reconhecia a importância desse espaço político-institucional, apostando na via eleitoral como meio de ampliar a representação do grande proprietário. Isso se viabilizou graças ao apoio financeiro a candidatos diretamente ligados aos “interesses da agricultura”, ou considerados politicamente conservadores. Não se fazia segredo de que as verbas dos leilões de gado seriam utilizadas em campanhas eleitorais, chamadas de “Campanha pela valorização do voto”. Todos os candidatos, independentemente de sua filiação partidária, podiam receber o apoio financeiro da UDR, bastando como requisito defender a livre iniciativa e o direito inalienável da propriedade. Obviamente, nas palavras de seus próprios afiliados, “não tinham pretensão de buscar amigos no PT ou nos PCs. Os amigos se encontram no PMDB, PDC, PFL e PDS”<sup>34</sup>.

Ao anunciar abertamente o apoio financeiro aos candidatos, os uderistas reforçaram a tradição clientelista da política brasileira e revelaram os desagradáveis segredos dos bastidores políticos normalmente mantidos a sete chaves. Argumentando que “da mesma forma que outras parcelas da sociedade se cotizam para ajudar quem com eles se identificam”, a UDR podia fazer o mesmo porque “isso faz parte do jogo democrático”<sup>35</sup>.

Além disso, a entidade colocou à disposição dos “seus candidatos e parlamentares” uma assessoria jurídica e política eficaz, com vistas à construção de um discurso único e, uma mesma base de argumentação que funcionaria como instrumento de formação e de conformação do pensamento UDR. Essa assessoria ficou a cargo de um *staff* técnico e teórico conhecedor das questões de direito agrário, direito comercial, comércio exterior e cooperativismo. Segundo Rolf Hackbart, os assessores da UDR no Congresso Nacional “eram pessoas naturalmente qualificadas e de grande experiência, pessoas de sessenta anos, com trinta de trabalho, que conheciam o detalhe e a vírgula. Que citavam a legislação dos anos quarenta e depois a dos trinta, e que sabiam todos os decretos na cabeça”<sup>36</sup>.

Na verdade, a UDR procurou levar para o campo da política partidária a sua visão corporativista e, ao fazê-lo, tentou impor uma só identidade para todos. Políticos, produtores rurais, lideranças patronais e parlamentares, todos deveriam vestir sua camisa e atuar acima das definições partidárias e das diferenças pessoais.

Quando tiveram início os trabalhos da Constituinte, o que se viu não foi a simples ação dos *lobbies* agindo nos gabinetes parlamentares, mas a presença de um poder extra-parlamentar que invadia e se sobrepunha às regras da prática

34. O *Globo*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1986.

35. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 out. 1986.

36. Entrevista com Rolf Hackbart, assessor parlamentar do PT. Brasília, julho de 1995.

parlamentar. Houve uma verdadeira inversão de lugares e de papéis. Nos momentos mais críticos, eram os deputados e não as lideranças ruralistas que faziam fila para solicitar uma audiência com Caiado. O “plenarinho da UDR”<sup>37</sup> era a ante-sala das discussões plenárias. E vários gabinetes, como o de Cunha Bueno, transformaram-se em “quartel-general dos grandes proprietários de terra”<sup>38</sup>.

Era Caiado, e não os constituintes, quem escrevia as emendas constitucionais relativas à reforma agrária e suas justificativas, junto com representantes da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A reforma agrária foi um dos “únicos pontos que a Constituinte votou sem acordo e em que pessoas sem mandato redigiram emendas, vetaram acordos e levaram o plenário a um ‘buraco negro’”<sup>39</sup>.

A UDR conseguiu formar, na Constituinte, um “núcleo duro”, defensor da grande propriedade fundiária e apoiado por lideranças parlamentares expressivas, como Roberto Cardoso Alves, Alison Paulinelli, José Egreja, Luiz Eduardo Magalhães, Gasthone Righi, Ricardo Fiuza, José Lourenço, Rosa Prata, entre outros<sup>40</sup>. Contava também com o apoio do “grupo da cana”, dos evangélicos e da “coligação” dos doze maiores banqueiros e industriais favoráveis à preservação “clara, lúcida e inequívoca do patrimônio privado”. No segundo turno, angariou a simpatia das multinacionais<sup>41</sup>.

De olho na votação das leis complementares, Caiado privilegiou, no início dos anos 90, a luta parlamentar. A presença da UDR no Congresso se lhe afigurava como fundamental, pois garantia a continuidade dos embates em torno da questão fundiária; ele também sabia que seriam regulamentadas a Lei Agrária, a Lei Agrícola, o Rito Sumário e o Imposto Territorial Rural (ITR).

Vinte parlamentares estavam organizados em torno da UDR e a força de sua militância garantiu vitórias significativas. Estavam inseridos numa estrutura política que, via de regra, não exige muita organicidade partidária nem muita disciplina. Eles praticamente dominaram a Comissão de Agricultura, fosse indicando o presidente, fosse “controlando os projetos que por ali tramitavam, engavetando os que não lhes interessavam”<sup>42</sup>.

37. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1988.

38. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1987.

39. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1988.

40. Quando eles iam a plenário para votar, eram aplaudidos e tinham seus nomes louvados pelos uderistas presentes nas galerias do Congresso Nacional.

41. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1986.

42. Entrevista com Edélcio Vigna de Oliveira, assessor do Inesc. Brasília, julho de 1995.

Foi esse grupo de vinte “deputados-militantes”<sup>43</sup> e sua *entourage* que, com o respaldo do ministro da Agricultura do governo Collor, constituiu o núcleo-base para a criação da bancada ruralista<sup>44</sup>.

Seria previsível que a UDR, mais uma vez, se transformasse na principal referência política dos grandes proprietários fundiários e anti-reformistas. E foi o que de fato ocorreu.

## O líder

A personagem Ronaldo Caiado marca toda a prática e trajetória da entidade. Seguramente a UDR não teria existido da mesma forma sem a sua presença. Ele pode ser visto como a encarnação de determinados atributos e símbolos que distinguem o patronato rural. “Caiado fala a língua do campo: chega nos finalmentes sem passar pelo rococó”<sup>45</sup>. “Ele nos fez compreender que se o país é capitalista, ninguém pode se envergonhar de ser empresário e produtor. Se o país escolheu a via capitalista, a iniciativa privada tem de ser protegida”<sup>46</sup>, afirmavam seus liderados.

Bem pouco se tem discutido no Brasil o papel da personalidade de um líder na luta política e o seu uso, ou desuso, pelas elites brasileiras. Caiado é o exemplo mais acabado de autoritarismo e de postura sempre ofensiva, daqueles que desprezam a negociação. Na mobilização, seu gosto pelo espetáculo e sua arte da eloquência e da agregação. Nas negociações, a intimidação e a prática desagregadora. Na representação, a marca do líder e comandante únicos que não dá margens ao desenvolvimento de novas lideranças<sup>47</sup>. Nos acordos políticos, a agressividade e o confronto. Na retórica, o discurso da competência e do direito absoluto à propriedade que são garantidos pelos privilégios de classe e pela convivência das demais elites dominantes.

43. Na legislatura 90/94, os parlamentares ligados à UDR eram: Aroldo de Oliveira (Bloco/RJ), Cardoso Alves (PTB/SP), Carlos Azambuja (PDS/RS), Daniel Silva (Bloco/MA), Francisco Diógenes (PDS/AC), Magno Bacelar (PDT/MA), Odelmo Leão (Bloco/MG), Paulo Mourão (PDS/TO), Romel Anísio (Bloco/MG), Roberto Balestra (PDC/GO) e Ronaldo Caiado (Bloco/GO). In: Inesc – Cadastro de parlamentares eleitos – 1990. Brasília, 32 p. (Mimeo). Num total de 884 parlamentares eleitos, 11 eram da UDR, 4 usineiros e 100 ruralistas.

44. Sobre a bancada ruralista ver VIGNA DE OLIVEIRA, Edécio. *Bancada ruralista na Câmara dos Deputados*. Departamento de Ciências Políticas, UnB, 1995, 24 p. (Mimeo).

45. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1987.

46. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1987.

47. Em 1987, Plínio Junqueira Júnior, líder da regional de Presidente Prudente (SP) alertava: “Nós fizemos o Caiado, ele foi lapidado por nós. Mas a UDR virou Caiado e esse é um problema em termos de marketing. Há uma identificação excessiva do produto com a marca. Outros líderes deveriam passar a falar por ele”. (*Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 nov. 1987)

Em troca de apoio financeiro, exigia dos candidatos a mais absoluta fidelidade à sua cartilha. Caiado, além de exigir, ameaçava: "O candidato fica sabendo que nós vamos fiscalizar a atuação dele, vamos a Brasília olhar bem dentro do olho dele". E anunciava: "quem não cumprir, nunca mais voltará a ter mandato"<sup>48</sup>.

A cada divergência, considerava-se traído e derrotado. A cada vitória, absoluto. Traição e lealdade à classe ruralista eram termos recorrentes e complementares em sua fala. Na Constituinte, insatisfeito com as decisões sobre o direito de propriedade, denunciava que "os produtores rurais haviam sido traídos" e agredia parlamentares afirmando que "tinha condições de colocar o Brasil nos eixos porque trabalhava sem demagogia, sem propina, sem corrupção"<sup>49</sup>. Estava certo de uma vitória absoluta na votação das leis complementares e não a teve; o resultado das votações não correspondeu às suas expectativas – sentiu-se derrotado e, como sempre, traído. Por princípio, sua orientação no Congresso Nacional sempre foi não aceitar nenhum acordo partidário e não se submeter a nenhuma disciplina. Na Comissão de Agricultura e Política Rural, recusou a distribuição proporcional por partido. Na votação do Rito Sumário, tentou obstruir o acordo de procedimento entre os líderes de bancada<sup>50</sup>.

Nem sempre os uderristas concordavam com a postura e os argumentos de Ronaldo Caiado, mas não o questionavam por temor e fascínio de sua pessoa e por acreditarem que ele simbolizava a "proteção da propriedade no Brasil". Caiado, por sua vez, também teve problemas com suas bases. Após tantas vitórias políticas, como explicar que não tinha conseguido impedir a votação da Lei Agrária, do Rito Sumário e do Imposto Territorial Rural? Como justificar-se perante seus pares de que, na condição de parlamentar, tinha votado a Lei Agrária?

Politicamente desgastado por sua intransigência, pressionado pela conjuntura pós-*impeachment*, sem o respaldo de um movimento social expressivo dos ruralistas e com a legislação fundiária praticamente já definida e com contornos demarcados, Caiado tornou-se uma companhia incômoda aos parlamentares representantes do patronato rural brasileiro. Uma figura fora do lugar, mas nem por isso fora do tempo. O tempo da "história lenta"<sup>51</sup>.

48. O *Globo*, Rio de Janeiro, 7 dez. 1986.

49. O *Globo*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1987.

50. "Até a penúltima legislatura o líder de bancada era considerado uma figura maior, um bispo, e os acordos de procedimento entre os líderes tinham o peso de um código de ética. Nada era escrito, mas raramente alguém desobedecia. Na votação do Rito Sumário havia um acordo de procedimento que a UDR tentou obstruir. Isso pegou mal entre os parlamentares". (Entrevista com Rolf Hackbart, assessor parlamentar do PT. Brasília, julho de 1995).

51. Ver MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo, Hucitec, 1994.

## Considerações finais

Esta exposição mostrou, em linhas gerais, a persistência do autoritarismo, a cultura da violência, o corporativismo e a vitalidade do poder que se alimenta da dominação patrimonialista. Confirmou também que a força política da propriedade da terra no Brasil “não é um problema residual do passado, mas está no núcleo das dificuldades para que o Brasil se modernize e se democratize”<sup>52</sup>.

Essas constatações não são novas nem desconhecidas, porém nunca é demais revisitá-las, sobretudo porque a UDR contou com a solidariedade e o apoio das classes e dos grupos dominantes no campo e teve o respaldo das elites políticas.

Por certo, houve críticas – e não poucas – à UDR e a Caiado. Nem todos se sentiam integralmente representados por seu discurso e sua prática. Inúmeros foram os que criticaram sua violência e radicalismo. Nem todos tinham a mesma afinidade com o projeto da UDR, por considerá-lo excessivamente restrito à questão fundiária ou por achar que, além da violência física, existiam outros meios de pressão e intimidação menos desgastantes e igualmente eficazes.

Desde o início da Nova República, alguns setores do patronato rural<sup>53</sup> vêm buscando construir outros espaços de representação e outra lógica discursiva, diferentes daqueles da UDR. Uma retórica mais diretamente identificada com o “grupo da agro-indústria” e que desloca a discussão de questões ligadas à necessidade de competitividade face às transformações do cenário internacional, associando os interesses ruralistas a um projeto de sociedade. Para esses “produtivistas”<sup>54</sup>, o país necessita de uma agricultura moderna e competitiva, e de uma política agrícola eficiente. Suas bandeiras de luta são a agricultura de mercado contra o protecionismo dos países ricos, a reforma agrária como questão social e a profissionalização do trabalhador rural<sup>55</sup>.

Apesar das diferenças e das críticas, persiste uma grande identidade entre a UDR e o conjunto do patronato rural e agro-industrial em torno da questão

52. *Idem, ibidem*, p. 12.

53. A Frente Ampla da Agricultura Brasileira (FAAB) é um dos exemplos mais expressivos de organização “alternativa” à UDR. Ela reunia a CNA, a SRB e a OCB. A proposta de construção de uma Frente Ampla é uma “tentativa respaldada por setores do próprio governo de impedir o avanço da UDR, manter o controle das entidades tradicionais de combate à reforma agrária e de construção de um novo espaço de mobilização e representação do patronato rural”. (FREITAS, Ananias José. *Op. cit.* p. 42). Ver também GRAZIANO DA SILVA, José. *Op. cit.*

54. Sobre o assunto ver BRUNO, Regina. Abag: a nova face das elites agro-industriais. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, Cedi, a. 16, n. 274, 1994; O agrobusiness e a reforma agrária. *Universidade e Sociedade*. ANDES Nacional, a. V, n. 9, out. 1955.

55. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 out. 1987.

fundiária no Brasil. Quanto à defesa absoluta do monopólio da propriedade, todos concordam em que, nesse assunto, é a UDR que detém a palavra, o gesto, o grito e o consenso.

Na Constituinte, todos defenderam com a mesma intransigência as propostas da UDR. Juntos conclamaram à resistência em defesa da propriedade, foram a favor da insuscetibilidade de desapropriação para propriedades produtivas, consideraram a tributação das terras um instrumento claramente punitivo e discriminatório e foram contra a fixação de limites para a propriedade rural.

Enquanto Caiado chamava de “farsantes” e “comunistas vagabundos” os constituintes que tinham votado a favor da reforma agrária, os “produtivistas”, por sua vez, afirmavam que esse debate, além de subjetivo e defasado no tempo, seria “uma armadilha e um farisaísmo de movimentos alimentados pela ideologia, para mobilizar um eleitorado inculto”<sup>56</sup>.

No final de 87, no momento crucial das votações e das decisões em plenário sobre a questão da reforma agrária, e quando as ocupações de terra ganharam maior fôlego, constituiu-se um grande consenso ideológico e político entre a UDR, a maioria dos parlamentares, os representantes das entidades patronais, o governo e a grande imprensa sobre a questão fundiária no Brasil.

Já não se sabia mais diferenciar quem falava em nome de quem. Conformou-se então uma *nova ofensiva anti-reformista* assentada no discurso do perigo da desarticulação da produção e da não radicalização no campo. A desarticulação da produção agrícola levaria o país ao caos econômico, e a radicalização das lutas pela terra conduziria inevitavelmente ao retrocesso político.

“Deixe-nos em paz, queremos produzir”, afirmavam em uníssono os grandes proprietários de terra e empresários rurais. As análises ressaltavam o alto índice de competitividade da atividade agrícola. “A agro-indústria brasileira é moderna”, garantiu um estudo do BNDES, ao mesmo tempo em que reforçava a imagem estereotipada do trabalhador rural, afirmando que “o homem do campo não é um agricultor, é um trabalhador rural: uma ótima mão-de-obra; boa de foice, boa de enxada, mas incapaz de gerenciar uma terra própria”<sup>57</sup>. A grande imprensa, por sua vez, noticiava que “somente dois países em todo o mundo possuíam um complexo agro-industrial bem montado: os Estados Unidos e o Brasil”<sup>58</sup>.

Este é o momento em que a “esquerda”, os *sem-terra* e a Igreja foram responsabilizados pela ideologização da questão agrária, a violência no campo e

56. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 maio 1988; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 maio 1988; *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 maio 1988.

57. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 out. 1987.

58. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 maio 1988.

até mesmo pelo aparecimento da UDR. Considerava-se que a “enlouquecida promoção de invasões” tinha sido responsável pela criação da UDR<sup>59</sup>. O editorial da *Folha de S. Paulo* de 12 de maio de 1988, intitulado “Delenda Caiado”, culpava a “ausência do bom-senso dos defensores da reforma agrária pelo aparecimento da UDR”, afirmando que com isso se havia perdido “a oportunidade de negociar uma proposta mais avançada de reforma agrária”<sup>60</sup>.

Além de não conseguirem se despojar da noção de propriedade como direito natural e como domínio, as elites agrárias e agro-industriais mantêm vários pontos comuns com a UDR. O discurso sobre a penalização da agricultura, a crítica à política estatal que reduziu excessivamente a força e a renda do produtor rural, a mesma mágoa de não serem devidamente reconhecidos pela “vida iluminada das urbes” e pela identidade ruralista, “essa predisposição quase instintiva para plantar, colher, armazenar, mercadejar e plantar de novo”<sup>61</sup>.

É certo que o patronato rural e agro-industrial não apoiou as pretensões de Caiado para presidência da República, mas nunca descartou um lugar para a UDR junto às elites agrárias e nem deixou de considerá-la parceira e representativa dos seus interesses. Independente de todas as críticas, acima de todas as disputas e mesmo após a vitória política na Constituinte, a UDR continuou sendo vista como aliada dos novos “produtivistas” e dos “moderados e progressistas” que pouco a pouco foram ganhando espaço na grande política.

Estabeleceu-se uma divisão de tarefas. A UDR deveria “intermediar as reivindicações do campo, junto ao governo e aos parlamentares, sobre a reforma agrária, que beneficie quem gosta de trabalhar na terra, seja pequeno, médio ou grande produtor rural”. As cooperativas “continuariam buscando soluções econômicas e melhores condições de vida para seus associados”. E os sindicatos patronais “atuariam na defesa dos agricultores como entidades reivindicatórias, protestando, gritando contra as medidas do governo na área agrícola”<sup>62</sup>.

Enfim, são duas lógicas e duas práticas que se evocam mutuamente. Ao revisitar a UDR, deparamo-nos com o surgimento de novas elites rurais e agro-industriais. E ao procurar entendê-las, reencontramos necessariamente a origem da UDR.

59. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1987.

60. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 maio 1988.

61. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 7 maio 1988.

62. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1990.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Congresso Nacional. Deputados brasileiros: repertório biográfico: 50ª legislatura, 1995/1999. Brasília, Câmara dos Deputados, 1995.

### Fontes consultadas:

Jornais e revistas : *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Zero Hora*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Afinal*, *Gazeta Mercantil*, *Veja*, *Correio Braziliense*.

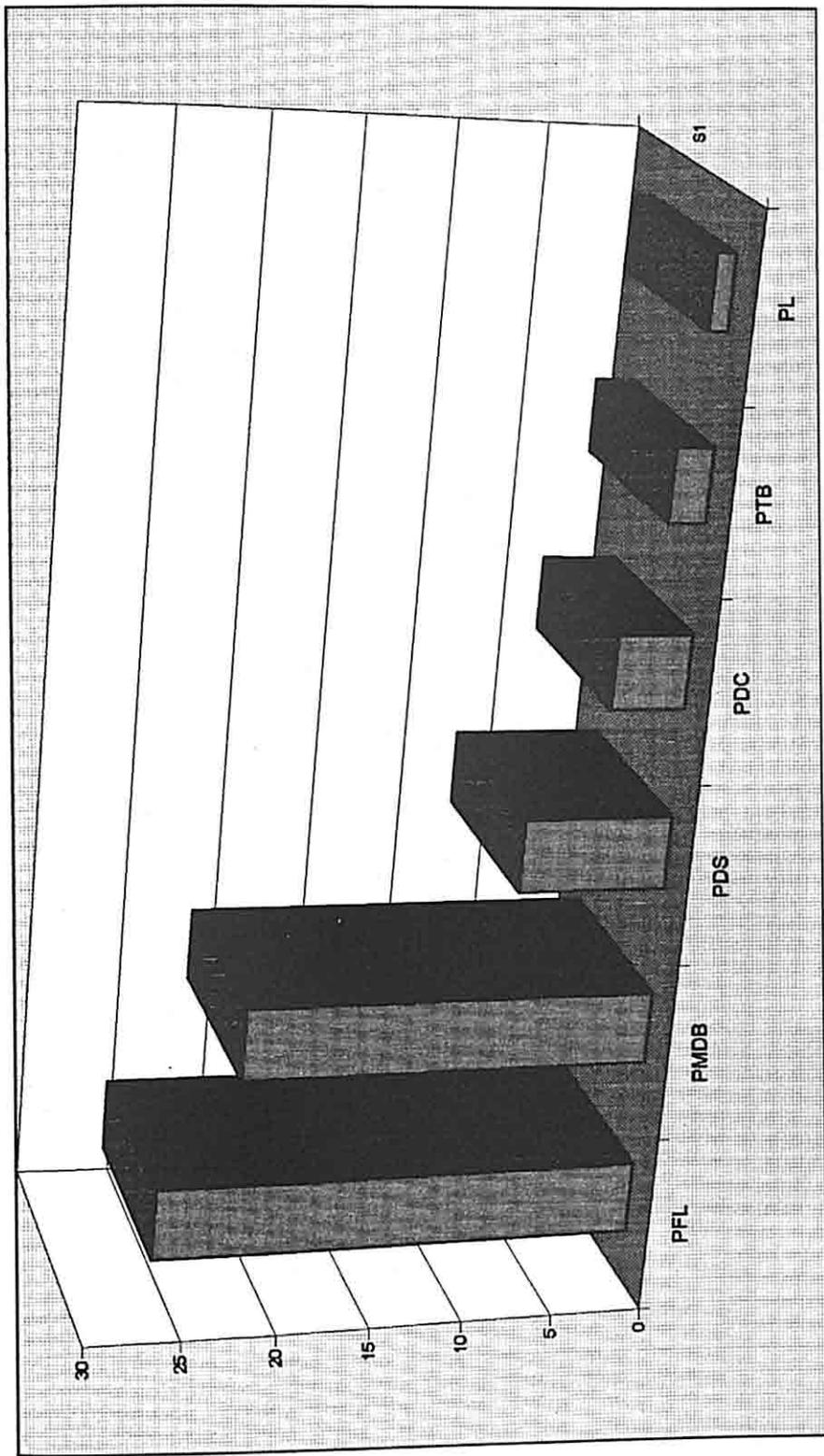
Entrevistas: Rolf Hackbart (assessor parlamentar do PT/Câmara dos Deputados), Edécio Vigna de Oliveira (Inesc/Brasília), deputado José Frith (PT/SC) e o deputado Alcides Modesto (PT/BH), presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural/Câmara dos Deputados.

### REVISITING UDR POLITICAL ACTION IDEOLOGY AND REPRESENTATION

**ABSTRACT:** This paper aims to expose the main aspects of UDR's (Ruralist Democratic Union) political action and, particularly, of its classist representation and corporativism. It also shows that UDR and Caiado express clearly the mechanisms of the domination exerted by the class of the big land owners. The conservadorism of the agrarian dominant class and the retrograde authoritarianism in Brazilian politics are also discussed.

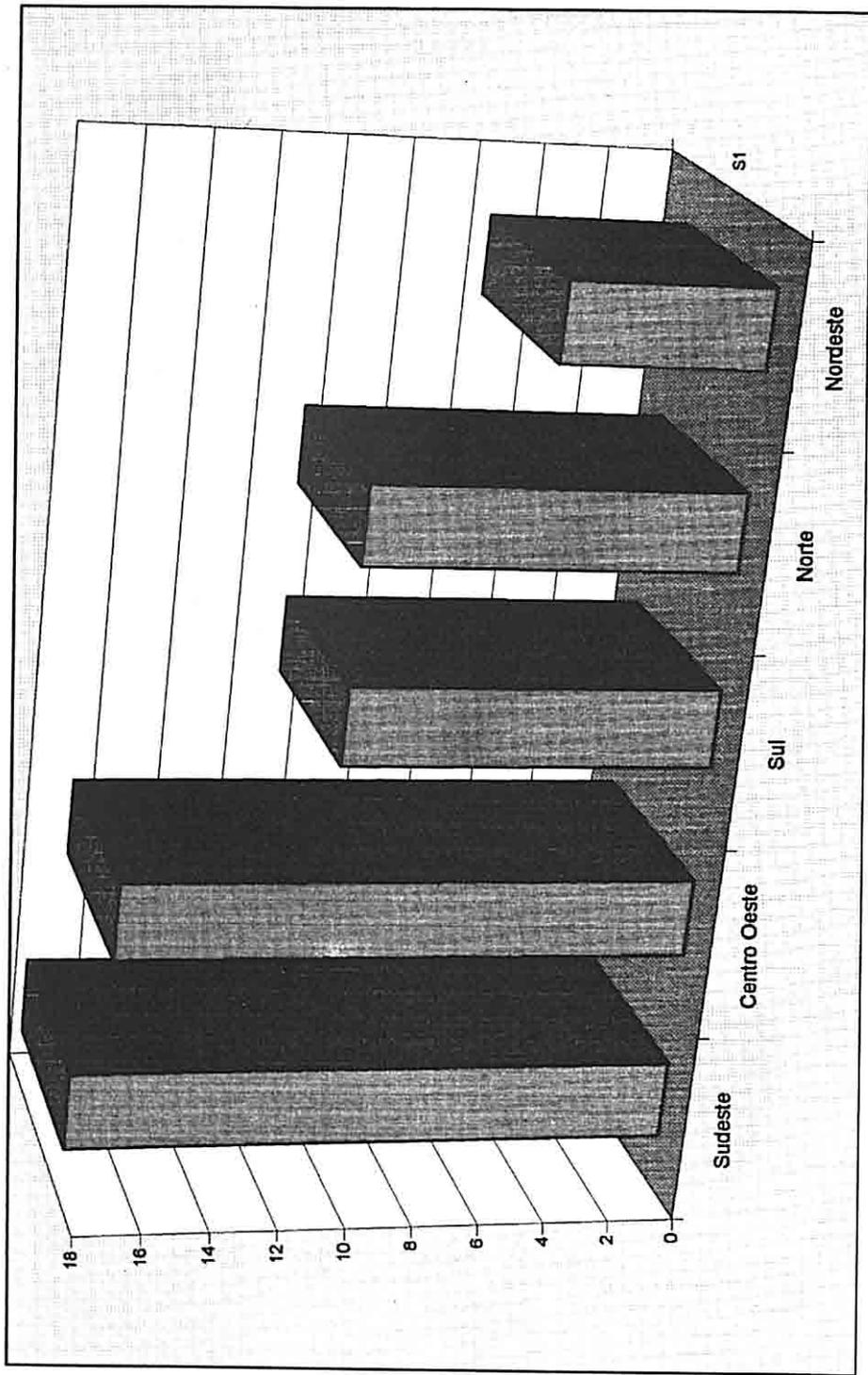
**KEYWORDS:** Agrarian reform; UDR; corporativism; authoritarianism; Brazilian politics.

Constituintes vinculados à UDR (distribuição por partido político)

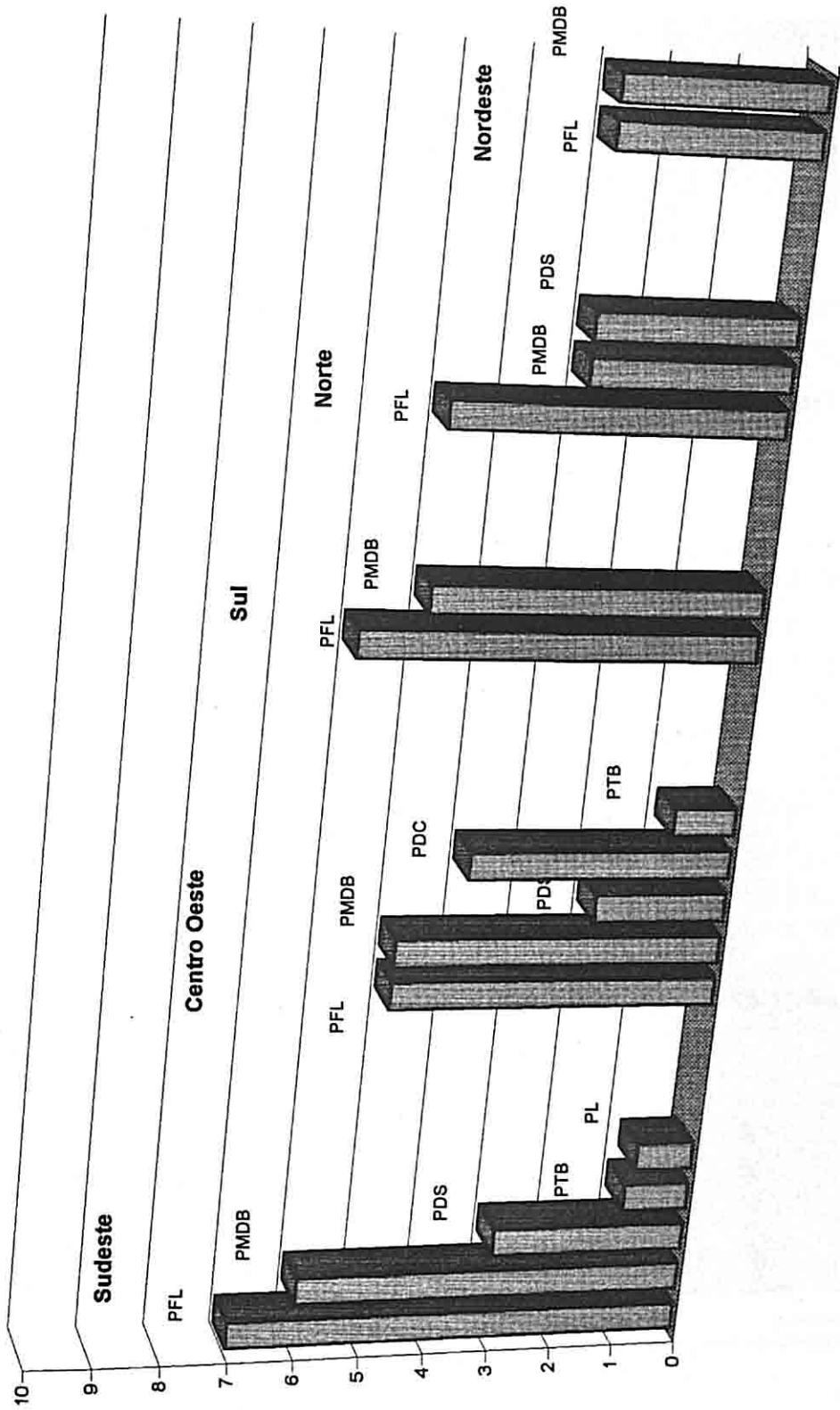


Fonte: DIAP. Quem foi quem na Constituinte. São Paulo. Cortez: Oboré, 1988.

Constituintes vinculados à UDR (distribuição por região)



Constituintes vinculados à UDR (partido político/região)





*Sertanejo.*

Foto: Carlos Rodrigues Brandão.